



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI COMPLEMENTAR nº 225, de 03 de julho de 1.998
DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA GUARDA MUNICIPAL DE LEME

O Prefeito do Município de Leme.

Faço saber que a Câmara de Vereadores decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - A Guarda Municipal de Leme, criada pela Lei Complementar nº 203, de 10 de julho de 1.997, no que respeita aos direitos e deveres dos servidores públicos que fazem parte do seu Quadro, será regida pela Lei Complementar nº 25, de 12/09/91 e pela presente Lei Complementar, a qual cuida de disciplinar e regulamentar a sua estrutura orgânica, interna e hierárquica, os requisitos exigidos à admissão dos seus integrantes, o regime de trabalho e as atribuições, funções e deveres cometidos aos ocupantes de seus cargos, o seu plano de carreira, a sua forma de provimento e acesso, bem como as transgressões disciplinares e as respectivas penalidades, e outras hipóteses concernentes ao seu quadro funcional.

Artigo 2º - O funcionamento da Guarda Municipal, órgão vinculado à Secretaria de Governo do Poder Executivo e destinado a desempenhar serviços e atividades consideradas essenciais para o Município de Leme, será supervisionado pelo respectivo Conselho, na forma do que preceitua a citada Lei Complementar nº 203/97 e de acordo com o Decreto nº 4.065, de 25/07/97, que fixa as suas atribuições e o exercício do mandato dos seus membros.

Artigo 3º - O Quadro do Pessoal da Guarda Municipal de Leme, composto de 01 cargo de Comandante e 01 cargo de Subcomandante, ambos de provimento em comissão, e de 60 (sessenta) cargos de Guardas Municipais, de provimento em caráter efetivo, todos criados pela Lei Complementar nº 203/97, será escalonado de forma hierárquica, obedecida a seguinte ordem decrescente:

DENOMINAÇÃO

FORMA DE PROVIMENTO

I - Comandante da Guarda,	Em comissão
II - Sub-Comandante da Guarda	Em comissão
III - Inspetor da Guarda Municipal	Efetivo, por acesso
IV - Sub-Inspetor da Guarda Municipal	Efetivo, por acesso
V - G.M. de 1ª Classe	Efetivo, por acesso
VI - G.M. de 2ª Classe	Efetivo, por acesso
VII - G.M. de 3ª Classe	Efetivo, por nomeação, cargo inicial da carreira



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

Parágrafo 1º - O acesso às classes ou cargos hierárquicos superiores, com exceção dos cargos de provimento em comissão, será privativo aos titulares dos cargos que integram o Quadro da Guarda, considerados aptos após classificação em concurso interno.

Parágrafo 2º - O número dos cargos de carreira da Guarda Municipal de Leme, instituídos pelo "caput" deste artigo, será estabelecido de acordo com a seguinte proporção:

I - Para cada vinte (20) cargos de Guardas Municipais, corresponderá um (01) cargo de Inspetor e um cargo de Sub-Inspetor;

II - Para cada dez (10) ou mais cargos de Guardas Municipais de 2ª e 3ª Classes, corresponderá um (01) cargo de Guarda Municipal de 1ª Classe;

III - Para cada quatro (04) ou mais cargos de Guardas Municipais de 3ª Classe, corresponderá um (01) cargo de Guarda Municipal de 2ª Classe.

DO INGRESSO

Artigo 4º - A investidura no cargo inicial da carreira, como G.M. de 3ª classe, dependerá de prévia aprovação do candidato em concurso público de provas ou de provas e títulos, e desde que, ainda, demonstre estar apto para o exercício da função, conforme avaliação a que será submetido durante o seu período de formação, previsto e disciplinado pelo artigo 5º da presente Lei.

Parágrafo 1º - Para inscrever-se no mencionado concurso público, o candidato deverá preencher os seguintes requisitos:

- I. Ser brasileiro;
- II. Ter idade entre 18 e 30 anos;
- III. Possuir altura mínima de 1,65 m.;
- IV. Ter concluído o 1º Grau;
- V. Ser motorista licenciado em qualquer categoria;
- VI. Estar quite com o Serviço Militar e com a Justiça Eleitoral;
- VII. Não possuir antecedentes criminais;
- VIII. Apresentar atestado de idoneidade moral firmado pelo Conselho da Guarda, com base em relatório de avaliação social.

Parágrafo 2º - O credenciamento do Guarda Ingressante será efetuado perante os Órgãos Policiais Estaduais competentes (Departamento de Registros Diversos -DRD- e Departamento Estadual de Polícia Científica -DEPC-).



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

Artigo 5º - Os candidatos ao cargo de Guarda Municipal de 3ª Classe, aprovados em concurso público, serão convocados - na condição de Guardas Bolsistas ou Estagiários -, para o Curso de Formação da G.M.L., a ser ministrado durante o período de três meses, o qual será considerado como "período de formação", destinado à sua capacitação técnico-profissional, sendo nomeados somente após decorrido o referido prazo e desde que demonstrem aptidão moral e profissional para o exercício do cargo.

Parágrafo 1º - Durante o período de formação, os Guardas Bolsistas ou Estagiários serão remunerados com importância mensal correspondente à referência 03 do Anexo II da Lei Complementar nº 53/92, alterada pela Lei Complementar nº 177/96, valendo este período como parte do período probatório.

Parágrafo 2º - O guarda bolsista ou estagiário que for enquadrado nas hipóteses previstas pelo artigo 9º do Decreto 4.077, de 20/08/97, será desligado do Curso de Formação da Guarda Municipal.

Artigo 6º - Os Guardas Municipais serão admitidos pelo Regime Estatutário, com vencimento diferenciado para cada uma das classes ou cargos efetivos hierárquicos, a saber:

G.M.	3ª Classe	ref. 16	2,5272 UPRG
G.M.	2ª Classe	ref. 17	2,6536 UPRG
G.M.	1ª Classe	ref. 18	2,7863 UPRG
Sub Inspetor		ref. 19	2,9256 UPRG
Inspetor		ref. 20	3,0719 UPRG

Parágrafo 1º - O pessoal efetivo da Guarda Municipal fará jus ao recebimento de adicional de periculosidade, à razão de 40% (quarenta por cento) sobre o valor da referência correspondente ao respectivo cargo hierárquico.

Parágrafo 2º - Excetuam-se do benefício previsto pelo parágrafo anterior o Comandante e o Sub-Comandante da Guarda Municipal.

DO FARDAMENTO

Artigo 7º - O uniforme masculino e feminino da Guarda Municipal será composto, respectivamente, de:

I - Calça e camisa com platina, de cor azul marinho; boné, boina ou quepe dotados do respectivo distintivo; sapato, burzequim ou coturno pretos;

II - Saia e camisa azul marinho; cinto de lona azul e boné azul, dotado do respectivo distintivo; sapato preto.

Parágrafo 1º - Os uniformes deverão ser regulamentados por decreto do Executivo, ficando facultada a adoção de uma farda de gala.

Parágrafo 2º - O fardamento será usado somente em serviço, e seu uso será obrigatório a todos os integrantes da Guarda Municipal. Casos excepcionais deverão ser autorizados pelo Comando da Guarda Municipal de Leme - G.M.L.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

DAS ATRIBUIÇÕES

Artigo 8º- Ao Comandante da Guarda Municipal compete:

Parágrafo único- Responsabilizar-se por tudo que ocorrer em todos os setores da Guarda Municipal, cabendo-lhe, além dos encargos relativos a instrução, disciplina e relações com autoridades diversas, as seguintes atribuições e deveres:

- I- Superintender todas as atividades e serviços da Guarda Municipal, facilitando o livre exercício das funções de seus subordinados, a fim de que desenvolvam o espírito de iniciativa e as responsabilidades decorrentes do cargo;
- II- Ter a iniciativa necessária ao exercício do Comando e usá-la sob sua inteira responsabilidade;
- III- Esforçar-se para que seus subordinados façam do cumprimento do dever um verdadeiro modo de viver e exigir que pautem sua conduta, quer dentro, quer fora da instituição, pelas normas da mais severa moral;
- IV- Imprimir a todos os seus atos, como exemplo, a máxima correção, pontualidade e justiça;
- V- Cuidar para que os G.Ms. de 1ª Classe sirvam, em tudo e por tudo, de exemplo para seus subordinados;
- VI- Conhecer bem seus comandados;
- VII- Providenciar para que as instruções estejam sempre em condições de ser prontamente empregadas;
- VIII- Atender as ponderações justas de todos os seus subordinados, quando feitas em termos apropriados e desde que sejam de sua competência;
- IX- Nomear ou designar comissões que se tornem necessárias para o bom andamento do serviço;
- X- Realizar as movimentações de Guardas Municipais, que melhor convenham ao serviço;
- XI- Emanar suas ordens de serviço pessoalmente ou mediante atos administrativos, resoluções ou instruções, ou ainda por intermédio do Sub-Comandante, devendo os servidores que receberem diretamente tais ordens dar ciência àquela autoridade, na primeira oportunidade; e
- XII- Estabelecer as Normas Gerais de Ação (NGA) da Guarda Municipal.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

Artigo 9º- Ao Sub-Comandante da Guarda compete:

- I- O Sub-Comandante é o responsável pela coordenação de seus elementos, sendo o substituto imediato do Comandante da Unidade, seu intermediário na expedição de todas as ordens relativas a disciplina, instrução e serviços gerais, cuja execução, inclusive, cumpre-lhe fiscalizar.
- II- Encaminhar ao Comandante, devidamente informados, todos os documentos que dependam da decisão deste;
- III- Levar ao conhecimento do Comandante, verbalmente ou por escrito, depois de convenientemente apuradas, todas as ocorrências que lhe caiba resolver;
- IV- Dar conhecimento ao Comandante de todas as ocorrências e fatos a respeito dos quais tenha agido por iniciativa própria;
- V- Assinar documentos ou tomar providências de caráter urgente na ausência ou impedimento ocasional do Comandante, dando-lhe conhecimento na primeira oportunidade;
- VI- Zelar pela conduta pessoal e profissional de seus subordinados;
- VII- Organizar os relatórios de praxe;
- VIII- Promover o treinamento físico e didático dos homens.

Parágrafo 1º - Todas as funções atribuídas ao Sub-Comandante, na forma dos incisos I a VIII deste artigo, poderão ser exercidas pelo Coordenador Operacional indicado para atuar junto à Guarda Municipal, por força de convênio firmado com o Estado, por sua Secretaria da Segurança Pública, ou por policial militar agregado, nomeado pelo Chefe do Poder Executivo para o exercício da função de Coordenador da Defesa Civil do Município de Leme.

Parágrafo 2º - Pelo exercício de tais funções, fica autorizado o Poder Executivo a conceder, mediante decreto específico, gratificação especial aos coordenadores supra mencionados, em valor pecuniário correspondente a, no máximo, 03 (três) UPRGs.

Artigo 10 - Ao Inspetor da Guarda compete:

- I - Exercer constante orientação de seus comandados, despertando-lhe o sentido do cumprimento do dever;
- II - Ter sempre presente o exato senso de justiça, tanto ao propor qualquer punição, como ao recomendar qualquer benefício;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

III - Procurar conhecer a personalidade e o preparo profissional de cada um dos elementos de sua inspetoria, orientando-os quanto ao melhor cumprimento de sua missão, educando-os, instruindo-os e disciplinando-os, devendo servir de exemplo a seus comandados;

IV - Exigir de seus graduados a compenetração da responsabilidade e da autoridade inerente aos cargos que ocupam, os quais, além de se constituírem em seus auxiliares diretos, devem, igualmente servir de exemplo aos demais subordinados;

V - Considerar a Inspetoria como uma Unidade, em cuja administração deve prevalecer a energia e justiça e interessar-se para que todos os seus membros procedam com os mesmos princípios;

VI - Administrar a Inspetoria;

VII - Interessar-se pelos seus comandados;

VIII - Organizar e manter em dia uma relação nominal de todo o efetivo de sua unidade;

IX - Ouvir com atenção os seus subordinados da inspetoria e providenciar, de acordo com os princípios de justiça, para que sejam assegurados seus direitos, sem prejuízo da disciplina, do serviço e da instrução;

X - Submeter, mediante comunicação interna, à decisão do Comando, casos que, a seu juízo, mereçam benefício ou punição superior a suas atribuições;

XI - Acompanhar os processos em que estejam envolvidos seus Comandados;

XII - Zelar pelo material distribuído a Inspetoria;

XIII - Providenciar para que sua Inspetoria seja dotada do material necessário a seu trabalho;

XIV - Responsabilizar os Sub-Inspetores:

- a. Pelo comportamento profissional dos Guardas Municipais, bem como pelo asseio e conservação de seus uniformes;
- b. Pela ordem e eficiência dos serviços internos e externos;
- c. Pelo estado, guarda, conservação e limpeza do material distribuído.

XV - Zelar pela boa apresentação de seu pessoal, reprimindo qualquer transgressão nessa matéria;

XVI - Responsabilizar-se pela escala de serviço de sua área de atuação, atendendo as determinações do Comando quanto a efetivação dos postos fixos ou de patrulhamento;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

XVII - Permitir, em caráter excepcional, troca de serviço, sem que isso resulte em prejuízo do próprio serviço da escala;

XVIII - Participar ao Comando todas as ocorrências havidas no âmbito de sua área de atuação, e, em particular, no âmbito da inspetoria;

XIX - Responsabilizar-se pela exatidão dos documentos exarados pela Inspetoria;

XX - Providenciar para que todo seu efetivo tome conhecimento dos assuntos publicados no Boletim Interno;

XXI - Fiscalizar o fiel cumprimento de suas ordens, bem como daquelas que são exaradas pelo Comando da Guarda Municipal;

XXII - Representar o Comando da Guarda Municipal junto às comunidades da área de sua competência.

Artigo 11 - O Sub-Inspetor é o principal auxiliar do Inspetor, competindo-lhe:

I - Cumprir com esmero as ordens do Inspetor, sem prejuízo da iniciativa própria que lhe cabe usar no desempenho de suas funções;

II - Responder, por ordem de antiguidade, pela Chefia da Inspetoria, tomando, quando necessário, qualquer providência urgente;

III - Secundar o Inspetor em todos os seus misteres;

IV - Auxiliar na educação, instrução, disciplina e administração, devendo assegurar a observância ininterrupta no cumprimento das ordens urgentes, merecendo a confiança dos seus superiores e a estima e o respeito dos seus subordinados.

Artigo 12 - Ao G.M 1ª Classe, além das atribuições legais inerentes ao seu cargo e à Corporação a que pertence, compete:

I- Exercer constante orientação a seus comandados, despertando-lhe o sentido do cumprimento do dever;

II- Ter sempre presente o exato senso de justiça, tanto ao propor qualquer punição quanto benefícios aos seus subordinados;

III- Procurar conhecer a personalidade e o preparo profissional dos seus subordinados, orientando-os quanto ao melhor cumprimento da sua missão, educando-os, instruindo-os e disciplinando-os, e servindo-lhes de exemplo;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

IV- Exigir de seus subordinados a compenetração da responsabilidade e da autoridade inerente aos cargos que ocupam, os quais, além de se constituírem em seus auxiliares diretos, devem, igualmente, servir de exemplo aos seus pares e aos integrantes da 2ª e 3ª classes;

V- Cuidar para que na administração de sua unidade prevaleçam a energia e a justiça, e interessar-se para que todos os seus membros procedam com os mesmos princípios;

VI- Administrar a inspetoria, na ausência dos superiores responsáveis;

VII- Interessar-se pelos comandados;

VIII- Organizar e manter em dia uma relação nominal de todo o efetivo de sua unidade;

IX- Ouvir com atenção os seus subordinados e providenciar, de acordo com os princípios de justiça, para que sejam assegurados seus direitos pessoais, sem prejuízo da disciplina, dos serviços e das instruções;

X- Submeter, mediante comunicação interna, à decisão do seu superior imediato, casos que, a seu juízo, mereçam benefícios ou punição superior a suas atribuições;

XI- Acompanhar os processos em que estejam envolvidos seus comandados;

XII- Zelar pelo material distribuído a sua responsabilidade;

XIII- Providenciar para que sua unidade seja dotada de material necessário ao seu trabalho;

XIV- Responsabilizar os G.Ms. de 2ª Classe, quando estes estiverem em comando de fração:

a- Pelo comportamento profissional dos Guardas Municipais, bem como pelo asseio e conservação de seus uniformes;

b- Pela ordem e eficiência dos serviços internos e externos;

c- Pelo estado, guarda, conservação e limpeza do material distribuído;

XV- Zelar pela boa apresentação de seu pessoal, reprimindo qualquer transgressão nessa matéria;

XVI- Responsabilizar-se pela escala de serviço de sua área, atendendo as determinações do Comando, quanto a efetivação dos postos fixos ou de patrulhamento;

XVII- Permitir, em caráter excepcional, troca de serviço, sem que isso resulte em prejuízo do próprio serviço e escala;

XVIII- Participar ao superior imediato todas as ocorrências havidas no âmbito de sua área de atuação ou em sua unidade;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

XIX- Responsabilizar-se pela exatidão dos documentos exarados na sua unidade ou área de atuação;

XX- Fiscalizar o cumprimento de suas ordens , bem como daquelas que são exaradas pelo Comando da Guarda Municipal;

XXI- Representar, quando designado ou escalado, o Comando da Guarda Municipal junto às Comunidades da área de sua competência ou em locais pré-determinados.

Artigo 13 - Ao G.M de 2ª Classe, o principal auxiliar do G.M de 1ª Classe, compete:

I- Cumprir as ordens do G.M de 1ª Classe, sem prejuízo da iniciativa que lhe couber usar no desempenho de suas funções;

II- Responder, por ordem de antiguidade, pelo GM de 1ª Classe, tomando qualquer providência de caráter urgente;

III- Secundar o G.M de 1ª Classe, quando assim designado, em todos os seus misteres.

DOS DEVERES

Artigo 14 - Ao Guarda Municipal, de qualquer classe, cabe observar o fiel cumprimento das ordens de serviços e das disposições regulamentares, bem como obediência e respeito aos seus chefes, competindo-lhe ainda:

I- Comparecer à sede 15(quinze) minutos antes de iniciar o trabalho para o qual foi escalado, a fim de receber instruções sobre o serviço e respectivos armamentos;

II- Ser pontual nas instruções e nos serviços;

III- Comparecer ao trabalho ordinário e extraordinário quando convocado;

IV- Apresentar-se em público sempre rigorosamente uniformizado, asseado, com a máxima compostura;

V- Zelar pelo bom nome da Instituição;

VI- Abster-se de vícios que afrontem a moral e os bons costumes;

VII- Compenetrar-se da responsabilidade que lhe cabe sobre o material de que é detentor;

VIII- Comunicar imediatamente a seu chefe direto o extravio ou dano causado a material sob sua responsabilidade;

IX- Comunicar imediatamente a seu chefe direto as transgressões ou crimes de que tiver conhecimento;

X- Conhecer e observar os princípios gerais da disciplina e da hierarquia;

XI- Conhecer e observar o estatuto ou regimento interno da instituição;

XII- Exercer sua autoridade de modo pleno, porém sem prepotência ou abuso;

XIII- Exercer natural liderança sobre seus subordinados, servindo-lhes de exemplo e cobrando-lhes , quando for o caso, a devida correção de atitudes;

XIV- Tratar o cidadão com dignidade e urbanidade;

XV- Cumprir rigorosamente as obrigações inerentes a seu cargo ou função, bem como as ordens superiores;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

- XVI- Respeitar a hierarquia e a disciplina, bem como as autoridades constituídas;
- XVII- Respeitar as tradições e os símbolos nacionais, estaduais e municipais;
- XVIII- Dedicar-se fielmente à Pátria, ao Estado e ao Município;
- XIX- Guardar sigilo sobre assuntos da Instituição;
- XX- Sugerir, desde que por escrito, idéias ou projetos profissionais que possam valorizar ou incentivar os trabalhos executados pela instituição, de modo amplo e geral;
- XXI- Zelar profissionalmente e particularmente pelo bom nome da Instituição;
- XXII- Executar com zelo e presteza os serviços que lhe competirem ou lhe incumbirem;
- XXIII- Comparecer aos cursos de reciclagem e manter-se atualizado;
- XXIV - Submeter-se aos períodos de instrução promovidos pelo Comando;
- XXV- Colaborar para manutenção da hierarquia e disciplina.

DOS PRINCÍPIOS DE DISCIPLINA E HIERARQUIA

Artigo 15 - Entende-se por disciplina o voluntário cumprimento do dever de cada um.

Parágrafo único - São manifestações essenciais da disciplina a pronta obediência às prescrições da presente Lei Complementar e demais diplomas legais aplicáveis, bem como aos decretos, instruções, resoluções e portarias administrativas concernentes à Corporação.

Artigo 16 - Entende-se por hierarquia o vínculo de subordinação que une, de forma escalonada, todos os integrantes do Quadro da Guarda Municipal, impondo a cada qual o dever de obediência e respeito às determinações de seu superior hierárquico.

Parágrafo 1º - São superiores hierárquicos, ainda que não pertencentes ao Quadro da Guarda Municipal:

- I- O Prefeito Municipal;
- II - O Vice-Prefeito Municipal;
- III - O Secretário Municipal de Governo.

Parágrafo 2º - A hierarquia confere ao superior o poder de dar ordens, fiscalizar e rever decisões em relação ao subordinado.

Artigo 17- Estão sujeitos a esta Lei Complementar todos os componentes da Guarda Municipal, ainda quando trajados civilmente.

Parágrafo único - O Guarda Municipal está sempre subordinado a disciplina básica da corporação, onde quer que exerça suas atividades.

DAS TRANSGRESSÕES E DAS PENALIDADES DISCIPLINARES

Artigo 18- Considera-se transgressão disciplinar toda ação ou omissão do servidor público, integrante da Guarda Municipal, que resulte na

AVENIDA 29 DE AGOSTO, 668 - FONE (019) 571-4000 - 571-4075 - CGC 46.362.661/0001-68 - LEME - SP



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

violação, no descumprimento ou no desempenho insatisfatório dos seus deveres e atribuições, ou ainda que atente contra a presente Lei Complementar, contra as normas legais, decretos, regulamentos, instruções, resoluções, regras de serviço e ordens prescritas por superiores hierárquicos ou emanadas de autoridades competentes e ainda contra o pudor da Guarda, o decoro da classe, preceitos sociais e normas de moral e preceitos de subordinação.

Artigo 19- As transgressões, segundo sua intensidade, são classificadas em leves, médias e graves.

Parágrafo único - Consideram-se:

- I- Leves, as transgressões disciplinares a que se comina pena de advertência;
- II- Médias, as transgressões disciplinares a que se comina pena de suspensão;
- III- Graves, as transgressões disciplinares a que se comina pena de demissão;

DAS PENALIDADES

Artigo 20- São penas disciplinares:

- I- Advertência;
- II- Suspensão ;
- III- Demissão;
- IV - Cassação de aposentadoria ou de disponibilidade;
- V - Destituição de função de chefia.

Parágrafo único- As penas aplicadas aos Guardas serão levadas ao conhecimento de toda a corporação através de leitura nas reuniões semanais, sendo vedada a divulgação fora do âmbito da Guarda Municipal.

DA ADVERTÊNCIA

Artigo 21- A pena de advertência será oficiada à Gerência de Recursos Humanos, para o seu respectivo registro.

Artigo 22- Aplica-se a pena de advertência às seguintes transgressões:

- I- Deixar de apresentar-se ao superior hierárquico, estando de serviço;
- II- Apresentar-se para o serviço com atraso;
- III- Comparecer para o serviço com o uniforme diferente daquele que foi designado;
- IV- Deixar de se apresentar à sede da Guarda, estando de folga, quando houver iminência da perturbação da Ordem Pública;
- V- Deixar de verificar com antecedência a escala de serviço;
- VI- Demorar-se na apresentação ao superior hierárquico, quando chamado ou convocado;
- VII- Apresentar-se nas formaturas diárias ou em público com:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

- a. costeleta, barba ou cabelos crescidos, bigodes ou unhas desproporcionais;
- b. o uniforme em desalinho ou desasseado ou portando nos bolsos ou cinto, volumes ou chaveiros que prejudiquem a estética;
- c. cestas, sacolas ou volumes avantajados;
- d. adereços ou enfeites;
- e. a arma sem a devida manutenção.
- VIII- Entregar a arma, após o serviço ao armeiro, sem a devida manutenção;
- IX- Receber a arma fechada ou com o cano voltado para sua direção;
- X- Entregar a arma fechada ou com o cano voltado para a direção do armeiro;
- XI- Apontar a arma para alguém, fora dos casos, condições e limites fixados por lei;
- XII- Receber a arma antes de se uniformizar e se equipar;
- XIII- Entregar a arma depois de se desuniformizar e desequipar;
- XIV- Usar o aparelho telefônico da corporação para conversas particulares, sem a devida autorização;
- XV- Permitir o uso do aparelho telefônico da corporação para conversas particulares, sem autorização do responsável e sem registrar o número do aparelho chamado;
- XVI- Deixar de comunicar a quem de direito transgressão disciplinar praticada por elemento da Guarda;
- XVII- Usar termos descorteses para com os subordinados, igual ou particular;
- XVIII- Procurar resolver assunto referente à disciplina ou ao serviço que escape de sua alçada;
- XIX- Usar termos de gíria em comunicação, informação ou atos semelhantes;
- XX- Deixar de comunicar ao superior a execução de ordem dele recebida;
- XXI- Alegar desconhecimento de ordens publicadas em boletins, registradas em livros, partes, bem como das Normas Gerais de Ação;
- XXII- Revelar indiscrição em linguagem falada ou escrita;
- XXIII- Cantar, assoviar ou fazer ruído em lugar ou ocasião em que seja exigido silêncio;
- XXIV- Portar-se de forma inconveniente em solenidade ou reuniões sociais;
- XXV- Viajar sentado, estando uniformizado, em veículo de transporte coletivo, estando em pé senhoras idosas ou grávidas, enfermos, pessoas portadoras de defeitos físicos ou com criança no colo;
- XXVI- Atender ao público com preferências pessoais;
- XXVII- Deixar de trazer consigo a credencial de Guarda Municipal e respectiva cédula de identidade;
- XXVIII- Provocar ou tomar parte de discussão acerca de política partidária ou religião, estando uniformizado;
- XXIX- Entrar sem necessidade em estabelecimento comercial estando de serviço;
- XXX- Deixar de comunicar ao superior hierárquico imediato, em tempo oportuno:
 - a. as ordens que tiver recebido sobre pessoal ou material;
 - b. as ocorrências policiais;
 - c. estragos ou extravios de qualquer material da Guarda Municipal que tenha sob sua responsabilidade;
 - d. os recados telefônicos ou verbais;
 - e. as transgressões de que tenha conhecimento.
- XXXI - Fumar:
 - a. no atendimento de ocorrências, particularmente no transporte de senhoras, de crianças e de idosos;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

- b. sem permissão, em presença de superior hierárquico ou autoridade em geral;
- c. em lugar que seja vedado.
- XXXII - Tratar de assuntos particulares durante o serviço sem a devida autorização;
- XXXIII- Faltar com respeito às autoridades civis, militares, policiais e eclesiásticas;
- XXXIV- Retirar-se da presença de superior hierárquico, sem pedir a devida licença;
- XXXV- Simular moléstia para obter dispensa do serviço, licença ou qualquer outra vantagem;
- XXXVI- Permitir a presença de pessoas estranhas ao serviço em local que seja vedado;
- XXXVII - Preocupar-se ou entreter-se com atividades que sejam estranhas ao serviço durante as horas de trabalho;
- XXXVIII- Ponderar ordens ou orientações de qualquer natureza, utilizando-se do sistema de rádio;
- XXXIX- Imiscuir-se em assuntos que, embora respeitantes à Guarda Municipal, não sejam de sua competência;
- XL- Interceder pela liberdade de detido;
- XLI- Deixar de apresentar-se no tempo determinado:
 - a. à autoridade competente, no caso da requisição para depor ou prestar declarações, mesmo estando de férias;
 - b. no local estipulado por superior hierárquico;
- XLII- Deixar de fazer continência à superior hierárquico ou não prestar-lhe os sinais de consideração e de respeito;
- XLIII- Deixar de corresponder ao cumprimento de subordinado;
- XLIV- Dirigir-se ou referir-se a superior de modo inadequado ou desrespeitoso;
- XLV- Não ter o devido zelo com qualquer material que lhe seja confiado;
- XLVI- Dirigir-se verbalmente ou por escrito, a órgão superior sem ser por intermédio daquele a que estiver diretamente subordinado, direta ou indiretamente;
- XLVII- Criticar ato praticado por superior hierárquico;
- XLVIII- Assumir serviço com atraso;
- XLIX- Queixar-se ou representar-se sem observar as prescrições regulamentares;
- L- Faltar ao serviço sem justa causa ou prévia comunicação, ou trocar seu setor, ou ainda sair dele, sem ser a chamado de socorro ou quando o exigir a Ordem Pública;
- LI- Estacionar ou parar a viatura sem acusar o local onde se encontra, a leitura do odômetro e a sua saída das proximidades do rádio, e o respectivo motivo;
- LII- Sentar-se, estando de serviço, salvo quando a natureza da função e as circunstâncias do local o permitirem;
- LIII- Usar equipamento ou uniforme que não seja regulamentar;
- LIV- Omitir ou retardar a comunicação de mudança de residência;
- LV- Usar, no uniforme, insígnias de sociedade particular, associação religiosa, política, esportiva ou quaisquer outras não regulamentares;
- LVI- Retirar, sem a permissão, documento, livro ou objeto existente na repartição ou local de trabalho;
- LVII- Perambular ou permanecer uniformizado em logradouros públicos, quando estiver de folga;
- LVIII- Sobrepor os interesses particulares aos da corporação;
- LXIX- Não observar os limites de velocidade das viaturas;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

- LX- Não manter em dia seus dados pessoais e os de sua família, junto à Gerência de Recursos Humanos da Prefeitura e na Corporação;
- LXI- Distrair-se, quando em serviço, em conversações com transeuntes ou com outros Guardas;
- LXII- Contrariar as regras de trânsito de veículos e de pedestres, sem absoluta necessidade do serviço;
- LXIII- Deixar de atender a reclamação justa de subordinado ou impedi-lo de recorrer a autoridade superior, sempre que a intervenção desta se torne indispensável;
- LXIV- Deixar de prestar as informações que lhe competir;
- LXV- Dar a Superior tratamento íntimo, verbalmente ou por escrito;
- LXVI- Atrasar sem motivo justificável:
 - a. a entrega de objetos achados ou apreendidos;
 - b. a prestação de contas de pagamento;
 - c. o encaminhamento de informações, comunicações e documentos.
- LXVII - Apresentar-se publicamente em estado de embriaguez, trajado civilmente;
- LXVIII - Manter relações de amizade com pessoas suspeitas ou de baixa reputação;
- LXIX - Ofender a moral e os bons costumes com gestos ou palavras.

DA SUSPENSÃO

Artigo 23 - São transgressões sujeitas a suspensão:

- I- Deixar de assumir responsabilidade pelos seus atos ou pelos atos dos subordinados que agirem em cumprimento a suas ordens;
- II- Dirigir veículos imprudentemente;
- III- Revelar falta de compostura por atitudes ou gestos, estando uniformizado;
- IV- Esquivar-se, sem motivo, de satisfazer compromisso pecuniário ou moral;
- V- Entrar uniformizado, não estando de serviço, em :
 - a. boates, cabarés ou casas semelhantes;
 - b. casas de prostituição;
 - c. clubes de carteado;
 - d. salões de bilhar e de jogos semelhantes;
 - e. outros locais que, pela localização, frequência, finalidade ou práticas habituais, possam comprometer a austeridade e o bom nome da classe;
- VI- Resolver assunto referente ao serviço policial ou à disciplina que escape de sua competência;
- VII- Afastar-se do posto de vigilância ou de qualquer lugar em que se deva achar, por força de ordem ou escala de serviço;
- VIII- Deixar de comunicar ao Comando, durante seu turno de serviço, faltas graves ou crimes de que tenha conhecimento;
- IX- Deixar de prestar auxílio ao público, quando estiver a seu alcance;
- X- Apropriar-se de material da Guarda para uso particular;
- XI- Negar-se a receber uniforme e ou objeto que lhe sejam designados regularmente ou que devam ficar em seu poder;
- XII- Permutar serviço sem autorização;
- XIII- Solicitar interferência de pessoas estranhas a Guarda Municipal, a fim de obter, para si ou para outrem, qualquer vantagem ou benefício;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

- XIV- Apresentar comunicação, representação ou queixa destituída de fundamento;
- XV- Concorrer para a discórdia ou desavença entre os componentes da Guarda;
- XVI- Fazer mau uso de suas armas e equipamentos;
- XVII- Dirigir veículo oficial sem portar os documentos exigidos por lei;
- XVIII- Fornecer notícia à imprensa sobre serviço policial que atender ou de que tenha conhecimento, salvo se autorizado;
- XIX- Deixar de comunicar a Superior ou à autoridade competente qualquer informação que tiver sobre perturbação da Ordem Pública;
- XX- Divulgar decisão, despacho, ordem ou informação antes de publicados;
- XXI- Exercer atividade incompatível com a função de Guarda Municipal;
- XXII- Ofender colegas com palavras ou gestos;
- XXIII - Deixar de cumprir escala, seja escrita ou verbal, sem motivo justificado;
- XXIV- Portar ostensivamente arma ou instrumento ofensivo, em público, não estando em serviço;
- XXV- Usar de linguagem ofensiva ou injuriosa em requerimento, comunicação, informação ou ato semelhante;
- XXVI- Perambular ou permanecer uniformizado em zonas suspeitas ou de má frequência, não estando em serviço;
- XXVII- Praticar qualquer ato que provoque escândalo público;
- XXVIII- Utilizar-se do anonimato;
- XXIX- Entrar ou permanecer em comitê político, comícios, estando uniformizado, salvo no exercício da função;
- XXX - Deixar com pessoas estranhas à Guarda a sua cédula de identidade funcional;
- XXXI- Ofender ou agredir fisicamente subordinados e colegas com palavras ou gestos;
- XXXII- Agredir fisicamente companheiro de qualquer classe;
- XXXIII- Promover desordens;
- XXXIV- Esquivar-se de atender ocorrência, quando lhe seja solicitado;
- XXXV- Utilizar-se de veículo oficial sem a competente autorização;
- XXXVI- Reincidir nas transgressões previstas pelo artigo 22 desta Lei, pelas quais tenha sofrido a penalidade de advertência escrita;
- XXXVII- Ter sido punido, com advertência escrita, pela prática de duas ou mais infrações diversas, dentre as previstas pelo artigo 22 desta Lei.

DA DEMISSÃO

Artigo 24 - A pena de demissão será aplicada ao Guarda que infringir qualquer das hipóteses previstas pelos incisos I a XIII do artigo 125 da Lei Complementar nº 25, de 12/09/1991, e ainda mais especialmente que:

- I- Permanecer no MAU COMPORTAMENTO por período até 02 (dois) anos;
- II- Praticar crime contra a fé pública, a segurança e a defesa nacional;
- III- Trazer consigo ou usar entorpecentes;
- IV- Introduzir entorpecentes em dependências da Guarda Municipal ou em outras repartições, ou facilitar a sua introdução;
- V- Prestar declarações falsas, a fim de obter vantagem ilícita para si ou para outrem;
- VI- Ingerir bebidas alcoólicas estando uniformizado ou de serviço;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

- VII- Introduzir ou tentar introduzir bebidas alcoólicas em dependências da Guarda ou em repartições públicas;
- VIII- Induzir Superior a erro ou engano, mediante informações inexatas;
- IX- Trabalhar mal intencionalmente;
- X- Faltar com a verdade ao produzir documentos ou informações dirigidas a seus superiores;
- XI- Entrar em qualquer residência, estando de serviço, sem ser a pedido do respectivo morador, ou que não seja na iminência de crime ou na prestação de socorro;
- XII- Valer-se de sua qualidade de Guarda Municipal para perseguir desafeto;
- XIII- Deixar de fazer entrega à autoridade competente objeto achado ou que lhe venha às mãos em razão de sua função;
- XIV- Procurar o proprietário de bem objeto de crime, ou com o mesmo manter entendimento, com fins ilícitos.
- XV- Emprestar a pessoa estranha à Guarda Municipal, distintivo, peças de uniformes, equipamentos ou qualquer material pertencente à Guarda;
- XVI- Dormir durante as horas de trabalho;
- XVII- Espalhar notícias falsas em prejuízo da ordem, da disciplina ou do bom nome da Guarda;
- XVIII- Faltar com a verdade, acarretando danos para a Instituição ou terceiros;
- XIX- Deixar ou concorrer para que se extravie, deteriore ou estrague material da Guarda Municipal, sob sua responsabilidade direta;
- XX- Fazer propaganda político-partidária em dependência da Guarda Municipal;
- XXI- Introduzir ou distribuir, ou tentar fazê-lo, em dependência da Guarda Municipal, ou em lugar público, estampas, publicações ou jornais que atentem contra a disciplina, a moral e a ordem pública;
- XXII- Dar, alugar, penhorar ou vender peças do uniforme ou de equipamento, novas ou usadas;
- XXIII- Ofender superiores hierárquicos com palavras ou gestos;
- XXIV- Subtrair, em benefício próprio ou de outrem, documentos de interesse da Administração;
- XXV- Tomar parte em greve e reunião preparatória de greve;
- XXVI- Recusar-se a auxiliar as autoridades ou agentes públicos que estejam no exercício de suas funções e que, em virtude destas, necessitem de seu auxílio;
- XXVII- Recusar-se obstinadamente a cumprir ordem legal dada por autoridade competente;
- XXVIII- Censurar, pela imprensa ou qualquer meio de comunicação, as autoridades constituídas, superior hierárquico ou criticar ato da administração pública;
- XXIX- Deixar de atender a pedido de socorro;
- XXX - Utilizar do veículo oficial para fins particulares;
- XXXI- Praticar violência no exercício da função;
- XXXII- Praticar atos obscenos em lugar público;
- XXXIII- Pedir ou aceitar dinheiro por empréstimo ou qualquer valor a pessoa que:
 - a. trate de interesse pessoal junto à repartição;
 - b. esteja sujeita a sua fiscalização;
- XXXIV- Apresentar-se publicamente em visível estado de embriaguez, estando uniformizado;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

- XXXV - Ameaçar por palavras ou gestos direta ou indiretamente, Superior Hierárquico;
- XXXVI- Tomar parte em reunião preparatória de agitação social com fim de promover desordem;
- XXXVII- Adulterar qualquer espécie de documento em proveito próprio ou alheio;
- XXXVIII- Aliciar, ameaçar ou coagir parte, testemunha ou perito que funcione em processo administrativo ou judicial;
- XXXIX- Deixar abandonado Posto de Vigilância ou setor de patrulhamento, mesmo temporariamente;
- XL- Aconselhar para que não seja cumprida ordem legal ou seja retardada a sua execução;
- XLI - Reincidir nas transgressões previstas no artigo 23, desta Lei;
- XLII- Ter sido punido pela prática de duas ou mais infrações diversas, dentre as previstas no artigo 23, desta Lei.

DA PRESCRIÇÃO DAS PENALIDADES

Artigo 25 - As transgressões disciplinares dos Guardas prescreverão:

- I - Em cento e oitenta dias, as puníveis com advertência;
- II- Em dois anos, as puníveis com suspensão; e
- III- Em cinco anos, as puníveis com demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

Parágrafo 1º- Os prazos prescricionais acima previstos começarão a correr da data em que o fato tornou-se conhecido pela autoridade competente.

Parágrafo 2º- A transgressão disciplinar também prevista como crime na lei penal prescreverá juntamente com este.

Parágrafo 3º - A averbação da prescrição ou do cancelamento da penalidade será feita no prontuário do G.M., mediante requerimento apresentado ao Chefe do Executivo, que o decidirá após a manifestação do Comandante da Guarda.

DA COMPETÊNCIA PARA A APLICAÇÃO DAS PENAS

Artigo 26 - Cabe ao Chefe do Executivo, ouvido o Conselho da Guarda, a aplicação das penalidades de suspensão e de demissão previstas nos incisos II e III do artigo 20 deste Regulamento.

Parágrafo único - As penalidades de advertência e de suspensão, não superior a trinta dias, e destituição de função de chefia, previstas nos incisos I, II, e V do citado artigo 20, serão aplicadas pelo Comandante ou por seu substituto legal.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Artigo 27 - As irregularidades e as infrações praticadas no serviço público serão apuradas em conformidade com o que estabelecem os artigos 134 a 163 da Lei Complementar nº 25, de 12/09/91, respeitadas as disposições especialmente previstas pela presente Lei.

Artigo 28- Havendo indícios ou denúncia da prática de infração grave por Guarda Municipal, no exercício de suas funções ou fora dela, a sua apuração será feita mediante processo disciplinar, a cargo de uma Comissão Processante, nomeada pelo Prefeito Municipal e constituída, preferencialmente, por integrantes da própria corporação, a serem indicados pelo Comandante.

Parágrafo único - O processo disciplinar deverá estar concluído dentro de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual prazo, e as conclusões da Comissão deverão constar de relatório, a ser remetido ao Prefeito Municipal para decisão final.

DA APLICAÇÃO DA PENA

Artigo 29 - Na aplicação da pena serão mencionados:

- I- A autoridade que aplicar a pena;
- II- A competência legal para sua aplicação;
- III- A transgressão cometida, em termos precisos e sintéticos;
- IV- A natureza da pena e o número de dias, quando se tratar de suspensão;
- V- O nome do Guarda e seu cargo;
- VI- O(s) dispositivo(s) legal (ais) infringido (s) ;
- VII- As circunstâncias atenuantes e agravantes, se houver, com indicação dos respectivos dispositivos legais.
- VIII- A categoria de comportamento em que ingressa ou permanece o transgressor.

Artigo 30 - A imposição, o cancelamento ou anulação da pena deverão ser obrigatoriamente lançados no prontuário do Guarda.

Artigo 31 - Não poderá ser imposta mais de uma pena para cada infração disciplinar.

Artigo 32- Nenhuma penalidade, entretanto, será aplicada sem que o transgressor seja ouvido, salvo em caso de revelia, sempre lhe sendo assegurado o contraditório e a ampla defesa .

Artigo 33 - Na concorrência de várias transgressões sem conexão entre si, a cada uma será aplicada a pena correspondente. Quando houver conexão, as penas mais leves serão consideradas como circunstâncias agravantes.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

Artigo 34 - A penalidade de suspensão será cumprida a partir da data estipulada pelo Comandante da Guarda; as penalidades de advertência e de demissão serão aplicadas de imediato.

Parágrafo 1º- Encontrando-se o punido já suspenso, a pena aplicada será cumprida após a sua suspensão, nos moldes do "caput" deste artigo.

Parágrafo 2º- Encontrando-se o punido legalmente afastado, a pena será cumprida igualmente conforme determinar o Comandante.

Artigo 35 - São causas que influem no julgamento das transgressões, podendo isentar o agente da aplicação de penalidade:

- I - O erro plenamente justificado sobre a ilicitude do fato;
- II- Motivo de força maior plenamente comprovado e justificado;
- III- Ter sido cometida para evitar mal maior;
- IV- Ter sido cometida em legítima defesa, própria ou de outrem;
- V - Ter sido cometida em estrito cumprimento do dever legal ou no exercício regular de direito.
- VI -Ter sido cometida sob coação irresistível ou em estrita obediência à ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico.

Artigo 36- São circunstâncias atenuantes das transgressões:

- I - O bom, ótimo e excepcional comportamento do transgressor;
- II- Ter sido cometida na prática de ação meritória, por motivo de relevante valor social ou moral, ou no interesse do serviço, da ordem e do sossego públicos;
- III- Falta de prática no exercício de suas funções;
- IV- Ter o transgressor confessado espontaneamente a prática do ato, quando ignorada ou imputada a outrem a sua autoria;
- V - Ter o transgressor cometido o ato mediante coação a que podia resistir, ou em cumprimento de ordem de autoridade superior, ou sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima;
- VI- Ter o transgressor evitado ou minorado, por sua espontânea vontade e com eficiência, as consequências de seu ato.

Artigo 37- São circunstâncias agravantes das transgressões:

- I- Estar o infrator enquadrado no mau comportamento;
- II- Conluio de duas ou mais pessoas;
- III- Ser praticada durante a execução de serviço;
- IV- Ser cometida em presença de subordinado;
- V - Ter abusado o transgressor de sua autoridade hierárquica ou funcional;
- VI - Ter sido praticada de forma premeditada;
- VII -Ter sido praticada em presença de formatura ou em público.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

DA CLASSIFICAÇÃO DO COMPORTAMENTO

Artigo 38- Considera-se de:

- I- EXCEPCIONAL COMPORTAMENTO, o Guarda que, no período de seis anos, não tenha sofrido qualquer penalidade;
- II- ÓTIMO COMPORTAMENTO: o Guarda que, no período de três anos, tenha sofrido apenas uma advertência;
- III- BOM COMPORTAMENTO, o Guarda que, no período de dois anos, tenha sido punido com apenas 01 (uma) SUSPENSÃO, de até 03 (três) dias;
- IV- REGULAR COMPORTAMENTO, o Guarda que, no período de 02 (dois) anos, tenha sofrido penas de suspensão que, somadas, não ultrapassem o total de 10 (dez) dias;
- V- MAU COMPORTAMENTO, o Guarda que, no período de 02 (dois) anos, tenha sofrido penas de suspensão que, somadas, ultrapassem o total de 10 dias;

Artigo 39 - Bastará uma advertência, além dos limites acima estabelecidos, para alterar a classificação do comportamento.

Artigo 40 - A graduação do comportamento far-se-á automaticamente, à vista dos critérios estabelecidos nos artigos 38 e 39 desta Lei Complementar.

Artigo 41 - A contagem do prazo para melhoria de conduta deve ser iniciada a partir da data em que terminou efetivamente o cumprimento da pena.

Artigo 42 - Os integrantes da Guarda Municipal de Leme, ao ingressarem na Corporação, serão classificados como de BOM COMPORTAMENTO.

Artigo 43- As licenças concedidas ao Guarda Municipal, ou qualquer afastamento do exercício das suas funções, por prazo superior a trinta dias, consecutivos ou interpolados, não entrarão no computo dos períodos de que trata o artigo 38 desta Lei.

Artigo 44 - Compete ao Prefeito e ao Comandante da Guarda Municipal mandar apurar transgressões disciplinares ou irregularidades no serviço público, atribuídas a seus integrantes.

Artigo 45 - Dá-se o nome de parte disciplinar ao documento pelo qual o próprio integrante da Guarda participa a ocorrência de transgressão.

Parágrafo 1º- A parte deverá sempre ser dirigida ao chefe imediato de quem pratica a transgressão.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

Parágrafo 2º - Caberá ao chefe imediato do transgressor tomar as suas declarações, as quais serão reduzidas a termo, e encaminhar os documentos com o respectivo parecer ao Comandante.

Parágrafo 3º - A decisão final de uma parte competirá exclusivamente às autoridades competentes para aplicar penalidade.

Artigo 46 - A parte de transgressão poderá ser dada por qualquer integrante da classe e pelos superiores hierárquicos.

DA REVISÃO DO PROCESSO

Artigo 47 - Somente se admitirá revisão de sindicância, inquérito ou de processo disciplinar quando:

- I- A penalidade for contrária à lei vigente ao tempo em que foi proferida;
- II- A penalidade tiver como fundamento depoimentos ou documentos comprovadamente falsos;
- III- Quando houver sido preterida formalidade substancial com evidentes prejuízos à defesa do acusado;
- IV- A penalidade aplicada contrariar a evidência dos autos;
- V- Após o cumprimento da penalidade se descobrirem novas e irrecusáveis provas de inocência do acusado.

Artigo 48 - O pedido de revisão deverá ser dirigido à autoridade que determinou a aplicação da penalidade.

Artigo 49 - O reconhecimento da nulidade da decisão acarretará a nulidade dos seus efeitos.

Artigo 50 - Nas hipóteses previstas pelos incisos I a IV do artigo 47, supra, o prazo para que o acusado apresente seu pedido de revisão, independente da pena aplicada, terá seu início da ciência da decisão, e será de:

- a. trinta dias, nos casos de processo disciplinar;
- b. quinze dias, nos casos de sindicância.

Parágrafo único - No caso do inciso V do artigo 47, o pedido de revisão poderá ser apresentado a qualquer tempo.

Artigo 51 - Aplicam-se ao processo revisional as disposições legais previstas pelos artigos 164 a 172 da Lei Complementar nº 25/91, observados os dispositivos constantes da presente Lei.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

DOS DIREITOS E DAS PROMOÇÕES
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 52 - Os integrantes da Guarda Municipal de Leme, no que couber, terão os direitos previstos pela Lei Complementar nº 25, de 12 de setembro de 1.991, pela presente Lei e demais disposições legais pertinentes aos servidores públicos municipais.

Parágrafo 1º - Ficam concedidas 06 (seis) folgas extras anuais aos Guardas Municipais, mediante escala a ser estabelecida a critério do Comandante, com a possibilidade de serem remanejadas no interesse do serviço e da Administração.

Parágrafo 2º - As folgas extras previstas pelo parágrafo anterior substituirão, para todos os efeitos, as faltas abonadas previstas no artigo 12 da Lei Complementar nº 53, de 07/10/92.

Parágrafo 3º - Aplicam-se, às folgas extras, as hipóteses previstas no artigo 8º e seus parágrafos da Lei Complementar nº 153, de 04 de julho de 1.995, com a redação que lhe foi dada pela Lei Complementar nº 215/97.

Artigo 53 - Os Guardas Municipais que, de forma voluntária e espontânea, trabalharem em seus dias de folga atendendo à solicitação do Comandante da Guarda, farão jus ao recebimento das horas efetivamente trabalhadas, não como horas-extras, mas como horas normais de trabalho, à razão de 1/200 da referência do cargo de que são titulares.

Artigo 54 - A Guarda Municipal deverá manter prontuário destinado ao registro das atividades funcionais dos Guardas, onde serão anotados individualmente os serviços relevantes, as faltas e as irregularidades constatadas e as penalidades eventualmente aplicadas.

Artigo 55 - O acesso dos Guardas Municipais nas classes e cargos superiores da carreira será feito mediante promoção unicamente por merecimento.

Parágrafo 1º - A promoção por antiguidade obedecerá aos critérios estabelecidos pela Lei Complementar nº 25/91, Lei Complementar 53/92, e demais normas legais pertinentes à matéria, respeitadas as ressalvas previstas na presente Lei Complementar.

Parágrafo 2º - Para efeito de promoção por antiguidade, contar-se-á somente o tempo de serviço efetivamente prestado em cargo ou função da Guarda Municipal do Município de Leme.

Parágrafo 3º - O tempo de serviço será apurado e indicado em anos, considerando-se ano o período de 365 (trezentos e sessenta e cinco dias) dias.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

Parágrafo 4º - Não será promovido o aluno ou guarda bolsista durante o período de formação.

Artigo 56 - Interrompido o exercício do cargo ou da função, por qualquer motivo, o cômputo do prazo será reiniciado imediatamente após a causa da interrupção.

Artigo 57 - Não será promovido, por antiguidade ou por merecimento, o integrante da Guarda Municipal que, no período de 01 (um) ano, contado de sua posse ou de sua última promoção:

I- Somar mais de 12(doze) ausências ao serviço, relativas aos seguintes afastamentos:

- a. Falta injustificada;
- b. Licença por motivo de doença em pessoa da família;
- c. Licença para tratar de interesses particulares;
- d. Por motivo disciplinar, se o funcionário for declarado culpado.

II- Tiver sido punido com suspensão;

III- Receber de seu chefe ou Superior imediato, parecer motivado, por escrito, contrário à sua promoção, em razão da avaliação do seu desempenho nos seguintes quesitos:

1. Dedicação;
2. Honestidade;
3. Cortesia com o público;
4. Coragem;
5. Lealdade;
6. Capacidade profissional;
7. Austeridade;
8. Espírito de liderança;
9. Disciplina; e,
10. Apresentação pessoal.

Artigo 58 - Iniciar-se-á novo decurso dos prazos para as promoções por antiguidade e por merecimento, quando cessarem os efeitos das vedações previstas no artigo anterior.

Artigo 59 - Na hipótese de haver movimentação do Guarda Municipal ou da Chefia, que importe em subordinação a mais de um chefe durante o interstício, o parecer de que trata o inciso III do artigo 57 caberá ao superior que mais tempo teve sob sua subordinação o Guarda Municipal.

Parágrafo único - Havendo interesse, os superiores poderão formular o parecer em conjunto.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

DO SISTEMA DE PROMOÇÃO POR MERECIMENTO

Artigo 60 - A promoção por merecimento será obtida mediante concurso interno, a ser realizado por comissão nomeada por portaria, a qual será igualmente responsável pela avaliação da ficha do Guarda Municipal que preencha os requisitos especificados na presente Lei.

Artigo 61 - Referida comissão será formada pelos seguintes membros:

- a. O Comandante da Guarda Municipal, que a presidirá;
- b. Um (01) representante do Conselho da Guarda;
- c. O Superior imediato dos Guardas a serem promovidos.

Artigo 62 - Todos os Guardas Municipais que não estejam sujeitos às vedações impostas pelo artigo 57 desta Lei, podem inscrever-se para o Quadro de Promoções, desde que devidamente aprovados em exame de inspeção médica e nos testes de capacitação física previstos no seu anexo II.

Artigo 63 - Na existência de vagas, o concurso de promoção será realizado, respeitadas as condições e obedecidos os critérios fixados na presente Lei.

Artigo 64 - Os concursos internos, destinados ao preenchimento de cargos superiores da carreira, existentes no Quadro Efetivo da Corporação, obedecerão os seguintes critérios:

Para o cargo de:	Concorrem:
Inspetor	Sub Inspetor
Sub Inspetor	GM 1ª Classe
GM 1ª Classe	GM 2ª Classe
GM 2ª Classe	GM 3ª Classe

Artigo 65 - As provas, títulos e méritos relativos ao Concurso de Promoção por Merecimento, regulado por este Capítulo serão mensurados na forma estabelecida por este artigo, e os resultados obtidos serão lançados na "Ficha de Avaliação Pessoal para Promoção", conforme anexo I da presente Lei Complementar, obedecidos os seguintes critérios:

I - Tempo na Guarda Municipal: número de meses multiplicado pelo coeficiente 0,3;

II - Tempo como Sub-Inspetor: número de meses multiplicado pelo coeficiente 0,5;

III - Ações Meritórias registradas nos respectivos assentamentos, assim consideradas as que tenham suscitado perigo ou risco da própria vida do G.M.: 10 pontos para cada registro.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

IV - Escolaridade:

- a.) total das séries completadas no 1º Grau - multiplicar pelo coeficiente 2;
- b.) total das séries completadas no 2º Grau - multiplicar pelo coeficiente 4;
- c.) semestres completados no Curso Superior (admitindo-se até uma dependência no semestre) - multiplicar pelo coeficiente 3.

V- Certificados de aprovação em cursos internos: 0,1 ponto por hora da carga horária de cada curso

VI - Teste de Capacitação Técnica, consistente em

- a.) prova teórica e escrita - até 40 pontos;
- b.) prova prática-até 10 pontos.

VII - Conceitos sobre mérito profissional, mérito moral e de aptidão para chefia, a serem fixados pelo Comandante com base na ficha de assentamento individual do candidato e de acordo com o artigo 67 desta Lei Complementar, ouvidos os integrantes da Comissão de Promoção.

VIII - Teste de capacitação física: observar a tabela de índices mínimos a serem alcançados, conforme faixa etária do candidato, Anexo II da presente Lei Complementar.

IX - Comportamento conforme registro nos assentamentos do candidato:

- a.) Se excepcional, acrescentar 20 pontos;
- b.) Se ótimo, acrescentar 15 pontos;
- c.) Se bom, acrescentar 10 pontos;
- d.) Se regular, acrescentar 05 pontos.

Artigo 66 - A nota final obtida pelo candidato à promoção por merecimento será a média aritmética dos pontos alcançados nos incisos I a IX do artigo anterior e constantes da respectiva ficha de avaliação.

Artigo 67 - Para fins de cálculos das médias necessárias, os conceitos relativos a Mérito Profissional, Mérito Moral e de Aptidão para Chefia, expressos em “ótimo”, “muito bom”, “regular” e “insuficiente”, transformam-se nas notas: 10,0 (dez), 7,5 (sete e meio), 5,0 (cinco) e 0 (zero), respectivamente.

Artigo 68 - Deverão ser levadas em conta as punições porventura sofridas pelo candidato nos últimos 15 meses, contados do dia imediatamente anterior à sua inscrição no concurso de promoção, abatendo-se do total de pontos obtidos na Ficha de Avaliação:

70



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

- I) 02 (dois) pontos para cada repreensão;
- II) 04 (quatro) pontos para cada advertência escrita; e
- III) 08 (oito) pontos para cada dia de suspensão.

Parágrafo 1º - A data para o encerramento das alterações, a serem lançadas na ficha de promoção do candidato, será o dia anterior à data de abertura das inscrições para o concurso.

Parágrafo 2º - A promoção do candidato que estiver respondendo a sindicância ou a processo administrativo disciplinar, ainda pendente de julgamento na data da abertura do concurso, ficará condicionada ao resultado dos referidos processos.

Artigo 69 - O integrante da Guarda Municipal, havendo vaga, poderá ser promovido por merecimento para a classe imediatamente superior, quando satisfeito o seguinte tempo de serviço junto à classe ou cargo que lhe foi atribuído:

- I) de G.M. de 3ª Classe a G.M. de 2ª Classe - 02 (dois) anos;
- II) de G.M. de 2ª Classe a G.M. de 1ª Classe - 02 (dois) anos;
- III) de G.M. de 1ª Classe a Sub-Inspetor - 02 (dois) anos;
- IV) de Sub-Inspetor a Inspetor - 05 (cinco) anos.

Artigo 70 - O merecimento é adquirido especificamente dentro de cada classe.

Parágrafo único - Após a promoção, o Guarda Municipal passa a adquirir merecimentos a contar do seu ingresso na nova classe.

Artigo 71 - Para as promoções por merecimento serão exigidos, dos guardas abaixo relacionados, os seguintes documentos:

- I) GM 2ª Classe - Prova de matrícula e frequência em curso de 2º grau;
- II) GM 1ª Classe - Subinspetor e Inspetor - prova de conclusão de 2º grau.

Parágrafo único - As provas de escolaridade de que trata este artigo devem ser fornecidas por escolas oficiais ou reconhecidas por órgão governamental competente.

Artigo 72 - No caso de ocorrer empate entre os participantes dos concursos de promoção por merecimento, serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios:

- I- Maior tempo na função de Guarda Municipal;
- II- Maior nível de escolaridade;
- III- Idade mais avançada;
- IV- Maior número de filhos dependentes.

AVENIDA 29 DE AGOSTO, 668 - FONE (019) 571-4000 - 571-4075 - CGC 46.362.661/0001-68 - LEME - SP



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

DAS PRERROGATIVAS

Artigo 73 - Constituem-se prerrogativas do Guarda Municipal as honras e distinções devidas aos graus hierárquicos ou aos cargos, como:

I - O uso de títulos, uniformes, distintivos, emblemas e insígnias adotadas por meio de Leis ou regulamentos e que correspondam ao cargo ou emprego, posto, graduação, classe, corpo ou quadro;

II - O recebimento, no âmbito da Guarda, das honras, tratamentos e sinais de respeito que lhes cabem.

Parágrafo 1º - Os uniformes adotados simbolizam a autoridade da Guarda Municipal de Leme e as prerrogativas que lhe são próprias.

Parágrafo 2º - É proibido ao Guarda Municipal aposentado o uso dos uniformes, salvo se participar de solenidade, cerimônia cívica ou social solene, desde que autorizado pelo Comandante.

DO REGIME DE TRABALHO

Artigo 74 - Para efeito da jornada especial de trabalho/recesso adotada pela Lei Complementar nº 203, de 10 de julho de 1.997, os sábados, domingos, feriados e pontos facultativos serão considerados dias normais de serviço.

Parágrafo único - O Guarda Municipal somente fará jus ao recebimento do período de folga se houver trabalhado no dia anterior.

Artigo 75 - Quando, para atender situação excepcional e temporária por necessidade do serviço, o Guarda Municipal for convocado para serviços que fujam a sua escala normal de trabalho, as horas ou dia de serviço extraordinário serão indenizados na forma dos artigos 70 e 71 da Lei Complementar nº 25, de 12 de setembro de 1.991.

Artigo 76 - Todo o pessoal da Guarda Municipal de Leme estará automaticamente convocado nos casos de emergência ou de calamidade pública, efetiva ou iminente, ou qualquer outro evento especial que justifique esta medida.

DA ENTREGA DAS DIVISAS

Artigo 77 - A entrega das divisas de Classes se fará em ato solene e formal, oportunidade em que os Guardas Municipais promovidos as receberão frente à Corporação formada.

Artigo 78 - O Prefeito Municipal entregará as divisas de Guarda Municipal ao melhor colocado e os demais as receberão de seus paraninfos.

AVENIDA 29 DE AGOSTO, 668 - FONE (019) 571-4000 - 571-4075 - CGC 46.362.661/0001-68 - LEME - SP



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

DOS SINAIS DE RESPEITO

Artigo 79- Todo Guarda Municipal deve a seus superiores, como tributo natural à autoridade de que se acham investidos, prova de disciplina e cortesia, a ser demonstrada através de atitudes e gestos precisos, rigorosamente observados.

Artigo 80 - A espontaneidade e a correta apresentação dos sinais de respeito são índices seguros do grau de disciplina da Guarda Municipal, bem como da educação moral e instrução profissional de seus integrantes.

Artigo 81 - O Guarda Municipal manifestará seu respeito e apreço aos seus superiores e colegas, assim como a confiança que neles deposita:

- I- Pela continência;
- II- Pela forma como a eles se apresenta, atende ou se dirige;
- III- Pela maneira como lhes honra a precedência.

DA CONTINÊNCIA

Artigo 82 - Continência é a saudação do Guarda Municipal, caracterizada por postura e gestos realizados de acordo com os rígidos padrões ditados pela Corporação e ministrados em seus cursos de formação, a qual deverá ser prestada de forma obrigatória:

- I - À Bandeira Nacional, ao ser içada ou arriada, segundo as normas estabelecidas no cerimonial militar e quando conduzida por tropa Militar;
- II - Ao Hino Nacional, quando executado solenemente;
- III - Ao Presidente da República;
- IV - Aos Ministros de Estados, Governadores, Senadores, Deputados e Prefeitos;
- V - Ao Presidente e Vereadores da Câmara Municipal, e Secretários Municipais;
- VI - Aos integrantes das Forças Armadas e Polícia Militar;
- VII - Aos Superiores Hierárquicos da Guarda Municipal.

Artigo 83 - A continência individual é a saudação que o Guarda Municipal, de forma isolada, é obrigado a prestar à Bandeira e ao Hino Nacionais, bem como aos seus superiores hierárquicos, a qualquer hora do dia ou da noite, a qual constitui prova de disciplina e não pode ser dispensada.

Parágrafo único - A continência deve partir do menos graduado, sendo simultânea na hipótese de igualdade de classes.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 84 - Objetivando dotar a Guarda Municipal de Leme de sua necessária hierarquia e para acomodação inicial dos cargos de carreira instituídos pela presente Lei, fica desde já autorizada a realização, em caráter



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

excepcional, de concurso interno para os G.Ms. de 3a. Classe, para o preenchimento dos cargos de G.Ms. de 2a. Classe.

Parágrafo único - Exclusivamente para o concurso autorizado pelo "caput" deste artigo, os candidatos ficarão dispensados do tempo de serviço junto à sua classe ou cargo, previsto pelo artigo 69 desta Lei Complementar.

Artigo 85 - A Guarda Municipal será dotada de armas, veículos, cassetetes, apitos, lanternas e demais equipamentos indispensáveis ao desempenho das funções que lhe foram atribuídas pela Lei Complementar nº 203/97, ficando assim autorizada a usar referidos bens, na forma da lei.

Artigo 86 - Ao Guarda Municipal, processado judicialmente por ato praticado em razão do desempenho de suas atribuições, será prestada assistência jurídica pela Procuradoria do Município, mediante solicitação ao Chefe do Executivo Municipal.

Parágrafo único- Perderá o direito à assistência de que trata este artigo o Guarda Municipal que praticar, a qualquer tempo, ato lesivo aos interesses da Administração Municipal e da Corporação.

Artigo 87- São símbolos representativos da Guarda Municipal de Leme o seu Brasão, a sua Bandeira e o seu Hino.

Artigo 88 - Aplicam-se subsidiariamente a presente Lei Complementar, para as hipóteses omissas e naquilo que não a contrariar, todas as disposições legais relativas aos servidores públicos municipais.

Artigo 89 - Os candidatos aprovados no concurso público de provas e títulos da G.M.L. realizado no ano de 1.997, e que aguardam convocação para dar início ao respectivo Curso de Formação, ficam sujeitos ao preenchimento de todos os requisitos previstos nesta Lei.

Artigo 90 - É aprovado o Anexo I da presente lei complementar, que estabelece o organograma funcional da Guarda Municipal.

Artigo 91 - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas em Orçamento.

Artigo 92 - A presente Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leme, 03 de julho de 1.998.

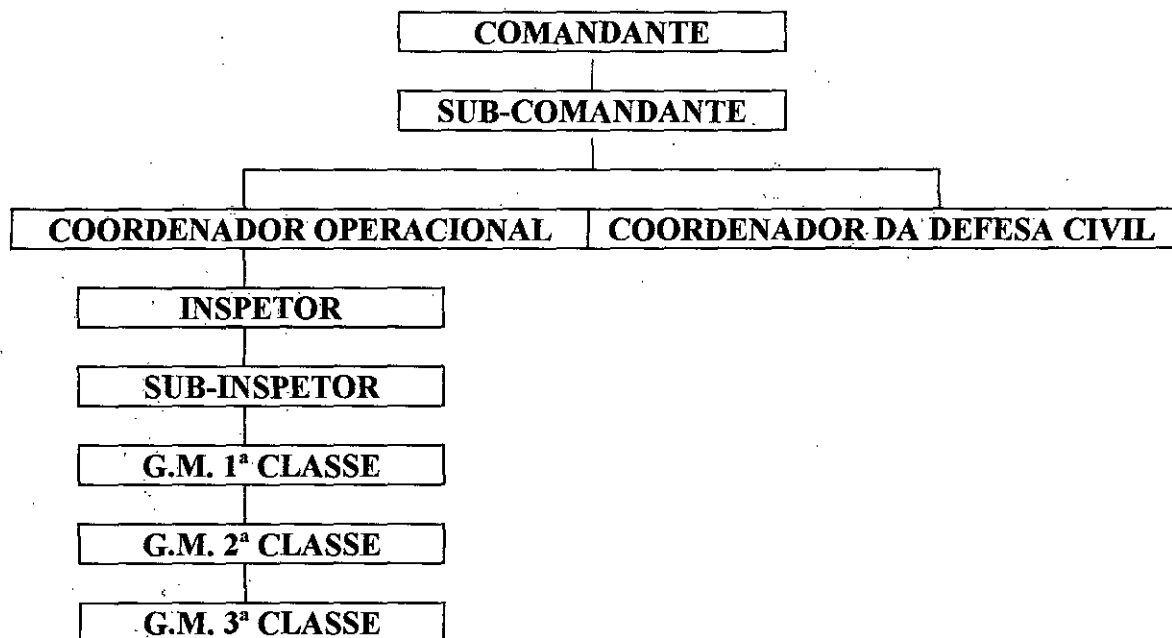
NILO SÉRGIO PINTO
PREFEITO MUNICIPAL

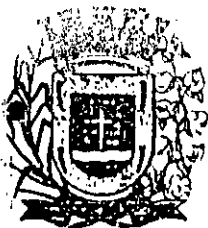
AVENIDA 29 DE AGOSTO, 668 - FONE (019) 571-4000 - 571-4075 - CGC 46.362.661/0001-68 - LEME - SP



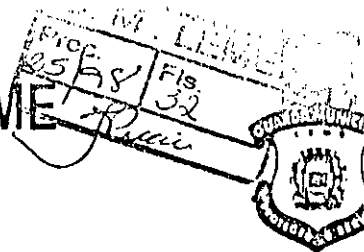
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO III DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 05/98





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
GUARDA MUNICIPAL
ANEXO I



FICHA DE AVALIAÇÃO PESSOAL PARA PROMOÇÃO DE CONCURSOS INTERNOS DE PROVAS, TÍTULOS E MÉRITOS

DADOS PESSOAIS

NOME:

MATRÍCULA:

FUNÇÃO:

Nº FUNC. PMP

A

TEMPO NA GUARDA MUNICIPAL DE LEME

FUNÇÃO

PERÍODO EM MESES

PONTOS

GUARDA MUNICIPAL

X 0,3 =

SUBINSPETOR

X 0,5 =

AÇÕES MERITÓRIAS REGISTRADAS

TOTAL "A" =

LOCAL / HISTÓRICO

DATA

PONTOS

ESCOLARIDADE

TOTAL "B" =

CURSO

ANO/SEMESTRE

Nº DE ANOS OU SEMESTRES COMPLETOS

PONTOS

1º GRAU

ANO

X 2 =

2º GRAU

ANO

X 4 =

SUPERIOR

SEMESTRE

X 3 =

APRESENTAÇÃO DE CERTIFICADOS DE CURSOS INTERNOS 0.1 P/HORA

TOTAL "C" =

CURSO

CURSO

CURSO

CURSO

CURSO

E

TESTE DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA

TOTAL "D" =

PARTE TEÓRICA ESCRITA ATÉ 40 PONTOS

TOTAL =

PARTE PRÁTICA ATÉ 10 PONTOS

TOTAL =

A prova da parte teórica escrita deverá ser dividida em quatro matérias das ministradas durante o Curso de Formação, cada prova valendo no seu total 10 (dez) pontos.

A prova da parte prática deverá ser dividida em quatro aplicações práticas das empregadas da Guarda no seu dia a dia, cada prova valendo quando bem desempenhada 10 (dez) pontos.

TOTAL "E" =

ANEXO II

REGULAMENTO PARA PROVIMENTO E ACESSO AOS: POSTO, GRADUAÇÃO E CLASSES EXISTENTES NO QUADRO DO EFETIVO DA

INDICES MÍNIMOS CLASSIFICATÓRIOS PARA TESTES DE CAPACITAÇÃO FÍSICA DO GUARDA CIVIL CANDIDATO À PROMOÇÃO

MENÇÃO		BRACO (FLEXÕES) EM 1 MINUTO			
FAIXA ETÁRIA	I ATÉ	R DE	A	B DE	A MB
20 - 30	20	21 - 24		25 - 29	30
31 - 35	16	17 - 19		20 - 22	23
36 - 40	13	14 - 16		17 - 19	20
41 - 45	11	12 - 14		15 - 17	18
46 - 49	09	10 - 11		14 - 13	14
50 - 53	08	09 - 10		11 - 12	13
54 - 57	07	08 - 09		10 - 11	12
MENÇÃO		ABDOMINAL FLEXÕES (EM 1 MINUTO)			
FAIXA ETÁRIA	I ATÉ	R DE	A	B DE	A MB
20 - 30	22	23 - 30		31 - 36	37
31 - 35	19	20 - 26		27 - 33	34
36 - 40	16	17 - 22		23 - 28	29
41 - 45	14	15 - 19		20 - 24	25
46 - 49	12	13 - 16		17 - 20	21
50 - 53	10	11 - 14		15 - 18	19
54 - 57	09	10 - 13		14 - 17	18
MENÇÃO		CORRIDA (DISTÂNCIA) 12 MINUTOS			
FAIXA ETÁRIA	I ATÉ	R DE	A	B DE	A MB
22 - 30	1999	2000 - 2199		2200 - 2399	2400
31 - 35	1799	1800 - 1999		2000 - 2199	2200
36 - 40	1599	1600 - 1799		1800 - 1999	2000
41 - 45	1499	1500 - 1699		1700 - 1899	1900
46 - 49	1399	1400 - 1599		1600 - 1799	1800
50 - 53	1299	1300 - 1499		1500 - 1699	1700
54 - 57	1099	1100 - 1399		1400 - 1599	1600

OBS.:

1 - Para o estamento feminino, os índices mínimos previstos para flexões de braço e abdominais deverão ser diminuídos em 2 pontos em cada item da tabela. Para a corrida, diminuir 200 metros.

2 - Os exercícios de flexão (braço e abdominal) poderão ser realizados no mesmo dia. A corrida, num outro dia só pela designação.

m

8